

RETROSPECTIVA: COM PAPEL RELEVANTE NA AGENDA DO CLIMA, OCEANO É PAUTA PRIORITÁRIA DO MCTI



O oceano é uma das temáticas prioritárias na pauta de trabalho da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (SEPEF/MCTI). A gestão contabiliza cerca de R\$118 milhões em 2022 em investimentos na contratação de novos projetos de pesquisa e projetos estratégicos para a área de mar. As ações são conduzidas pela Coordenação-Geral de Oceano, Antártica e Geociências (CGOA), responsável pela gestão estratégica da pesquisa oceânica, e contam com o apoio e a participação efetiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e da Financiadora de Estudos e projetos (FINEP/MCTI).

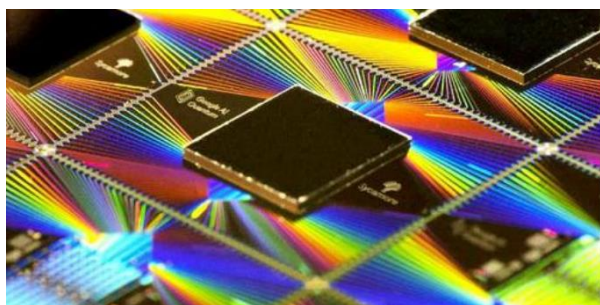
“O Brasil possui uma extensa costa litorânea e estima-se que 20% do Produto Interno Bruto nacional esteja ligado ao mar. É necessário que a ciência brasileira esteja na vanguarda para contribuir com questões atuais e futuras que afetam a população”, afirma o secretário da SEPEF, Marcelo Morales.

Um dos principais avanços alcançados em 2022 foi a [qualificação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas \(INPO\)](#) como Organização do MCTI, que será responsável por atividades de apoio à gestão da pesquisa oceânica, nos níveis tático e operacional, mediante contrato de gestão a ser firmado com a União, por meio da pasta

ministerial. A unidade vinculada trabalhará em articulação com o ministério, no âmbito do Programa Ciência no Mar MCTI. O instituto era uma demanda da comunidade científica havia pelo menos 15 anos. A instituição terá entre as ações prioritárias integrar os projetos de monitoramento e observação oceânica, que atualmente estão isolados em diferentes instituições em todas as regiões do País. Também será responsável por captar recursos de fontes privadas e públicas nacionais e internacionais. O orçamento anual será de R\$10 milhões.

Outra ação relevante efetivada neste ano foi o investimento de R\$30 milhões, por meio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na construção do Sistema de Monitoramento de óleo no Mar do MCTI (SISMOM-MCTI), que será executado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI). O sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento de derrame de óleo no mar prevê cooperação das redes de pesquisa entre institutos de pesquisa e universidades. O objetivo é prover informações científicas a compor sistema de vigilância de derrames de óleo nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. Leia mais em gov.br/mcti.

FUTURO DA INDÚSTRIA: INICIATIVA OFERECE R\$ 60 MILHÕES PARA DESENVOLVER COMPUTAÇÃO QUÂNTICA



Como a computação quântica impactará os negócios? A tecnologia, que promete superar desafios como o de processar dados em alta capacidade e velocidade, e resolver cálculos complexos, ainda é pouco explorada pela indústria brasileira. Com um investimento anunciado de R\$ 60 milhões, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII), organização social do MCTI, pretende criar no Brasil um Centro de Competência em Tecnologias Quânticas, dedicado a encurtar o acesso das empresas nacionais às soluções de ponta nessa área.

A ação prevê o credenciamento de uma Instituição Científica e Tecnológica (ICT) brasileira, que deverá desenvolver novos conhecimentos e formar recursos humanos, envolvendo parcerias nacionais e internacionais, e empresas associadas, de modo que

as pesquisas sejam desenvolvidas segundo as necessidades do mercado. “A computação quântica é uma tendência global que vai impactar diretamente o setor empresarial. Com o apoio de um Centro de Competências, a indústria brasileira poderá acompanhar esse movimento e acessar as possibilidades oferecidas pela tecnologia, que ainda é emergente”, comenta José Luis Gordon, presidente da EMBRAPPII.

O Centro de Competência terá, portanto, atuação voltada para o surgimento, o fortalecimento e a ampliação de novos conhecimentos na área, considerada ‘fronteira tecnológica’. A chamada para credenciar a ICT é realizada em parceria com o Ministério de Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI), com recursos do Programa Prioritário PPI IoT/Manufatura 4.0, no âmbito da Lei de Informática (Lei de TIC’s) e foi lançada na quinta-feira (22). A selecionada terá acesso aos recursos para desenvolver, em 42 meses, conhecimento, formação e capacitação de mão de obra para atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de tecnologias estratégicas para o segmento.

[Acesse o link](#) e confira os procedimentos para participação na Chamada. (Fonte: EMBRAPPII/MCTI)

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA DIVULGA SEU PLANO ESTRATÉGICO PARA O PERÍODO DE 2023 A 2026

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia do MCTI, desenvolveu, em parceria com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília (CEAG/UnB), seu [Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2026](#).

O propósito do documento é fornecer uma estrutura para alinhar os objetivos institucionais com as políticas públicas do setor de espaço, a fim de garantir que a tecnologia, os processos de trabalho, a inovação, a sua infraestrutura e, principalmente, os seus profissionais sejam o elo integrador que possibilite à AEB coordenar, de maneira eficiente e eficaz, o Programa Espacial Brasileiro (PEB).

Ao conectar o Planejamento Estratégico com a nova economia espacial, a AEB desenvolve estratégias que podem capitalizar as oportunidades, ao mesmo tempo em que gerenciam os riscos e garantem sua sustentabilidade corporativa.

O Termo de Execução Descentralizada nº 014/2021, celebrado entre a AEB e o CEAG/UnB, foi assinado em 3 de novembro de 2021, tendo como objeto a elaboração do Planejamento Estratégico. Já o Grupo de

Trabalho para desenvolvimento das atividades operacionais e do aperfeiçoamento do plano foi instituído pela Portaria nº 772, de 9 de fevereiro de 2022.

Ao longo de 2022, ocorreram diversas reuniões de trabalho com o Grupo de Formuladores e três workshops com a participação desse GT, professores do CEAG/UNB e dos representantes da alta gestão (Presidência, Diretorias e Assessorias). Continue a leitura em gov.br/aeb. (Fonte: AEB/MCTI)

